

GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Administradores e Quotistas da  
Goiasa Goiatuba Álcool Ltda.  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Goiasa Goiatuba Álcool Ltda., (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Goiasa Goiatuba Álcool Ltda., em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Goiasa Goiatuba Álcool Ltda., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

#### Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2.1, em decorrência da mudança de política contábil introduzida pelo CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola e CPC 27 - Ativo Imobilizado, equivalentes ao IAS 41 - Agriculture e ao IAS 16 - Property, Plant and Equipment, respectivamente, os valores correspondentes, relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro) e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

## Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 14 de abril de 2016, sem modificação.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2017.

# GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

## Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Ativo                         |      |                |                         | Passivo e patrimônio líquido                     |      |                |                         |
|-------------------------------|------|----------------|-------------------------|--|------|----------------|-------------------------|
|                               | Nota | 2016           | 2015<br>(Reapresentado) |  | Nota | 2016           | 2015<br>(Reapresentado) |
| <b>Circulante</b>             |      |                |                         | <b>Circulante</b>                                |      |                |                         |
| Caixa e equivalentes de caixa | 7    | 160.428        | 100.313                 | Fornecedores                                     | 14   | 30.672         | 32.065                  |
| Contas a receber de clientes  | 8    | 53.085         | 53.799                  | Empréstimos e financiamentos                     | 17   | 27.139         | 21.672                  |
| Estoques                      | 9    | 140.897        | 74.201                  | Obrigações e encargos trabalhistas               | 15   | 10.759         | 10.096                  |
| Ativo Biológico               | 12   | 127.429        | 132.412                 | Obrigações tributárias                           | 16   | 12.986         | 8.571                   |
| Impostos a recuperar          | 10   | 8.681          | 15.915                  | Parceria agrícola a pagar                        |      | 3.629          | 1.541                   |
| Adiantamentos a fornecedores  |      | 2.001          | 1.410                   | Juros sobre capital próprio                      |      | 2.554          | 1.824                   |
| Adiantamentos a parcerias     |      | 2.215          | 1.840                   | Adiantamentos de clientes                        |      | 11.547         | 6.999                   |
| Outros ativos                 | 11   | 489            | 134                     | Outras obrigações a pagar                        |      | 3.629          | 5.469                   |
|                               |      | <u>495.225</u> | <u>380.024</u>          |  |      | <u>102.915</u> | <u>88.237</u>           |
| <b>Não Circulante</b>         |      |                |                         | <b>Não circulante</b>                            |      |                |                         |
| Realizável a longo prazo      |      |                |                         | Empréstimos e financiamentos                     | 17   | 85.102         | 100.663                 |
| Depósitos judiciais           | 18   | 6.566          | 4.550                   | Imposto de renda e contribuição social diferidos | 20.2 | 75.588         | 52.435                  |
| Outros ativos                 | 11   | 1.818          | 1.637                   | Provisão para contingências                      | 18   | 3.367          | 3.038                   |
|                               |      | <u>8.384</u>   | <u>6.187</u>            |  |      | <u>164.057</u> | <u>156.136</u>          |
| Imobilizado                   | 13   | <u>325.996</u> | <u>332.267</u>          | Total do passivo                                 |      | <u>266.972</u> | <u>244.373</u>          |
|                               |      | <u>334.380</u> | <u>338.454</u>          |  |      |                |                         |
| <b>Total do ativo</b>         |      |                |                         | <b>Patrimônio líquido</b>                        |      |                |                         |
|                               |      | <u>829.605</u> | <u>718.478</u>          | Capital social                                   | 21   | 267.771        | 267.771                 |
|                               |      |                |                         | Reserva de capital                               |      | 9.754          | 9.754                   |
|                               |      |                |                         | Reserva de lucros                                |      | 285.108        | 196.580                 |
|                               |      |                |                         |  |      | <u>562.633</u> | <u>474.105</u>          |
|                               |      |                |                         | Total do passivo e do patrimônio líquido         |      | <u>829.605</u> | <u>718.478</u>          |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

## Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

|  | Nota | 2016      | 2015<br>(Reapresentado) |
|--|------|-----------|-------------------------|
| Receitas   | 22   | 497.646   | 389.998                 |
| Variação do valor justo do ativo biológico                         | 12   | 29.799    | 36.653                  |
| Custo das vendas e serviços  | 23   | (346.339) | (283.316)               |
| Lucro bruto  |      | 181.106   | 143.335                 |
| Despesa com vendas   | 23   | (16.362)  | (13.714)                |
| Despesas administrativas   | 23   | (10.245)  | (7.418)                 |
| Outras receitas operacionais                                       | 25   | 56.623    | 49.985                  |
| Lucro operacional  |      | 211.122   | 172.188                 |
| Despesas financeiras   |      | (57.131)  | (35.479)                |
| Receitas financeiras   |      | 19.583    | 15.664                  |
| Resultado financeiro   | 24   | (37.548)  | (19.815)                |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social diferidos |      | 173.574   | 152.373                 |
| Imposto de renda e contribuição social                             |      |           |                         |
| Corrente   | 20.1 | (31.543)  | (18.990)                |
| Direfido   | 20.1 | (19.364)  | (27.118)                |
|  |      | (50.907)  | (46.109)                |
| Lucro antes da reversão dos juros sobre capital próprio            |      | 122.667   | 106.264                 |
| Juros sobre capital próprio  |      | 36.055    | 22.990                  |
| Lucro líquido do exercício   |      | 158.722   | 129.254                 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

|  | 2016           | 2015<br>(reapresentado) |
|--|----------------|-------------------------|
| Lucro líquido do exercício                 | 158.722        | 129.254                 |
| Outros resultados abrangentes              | -              | -                       |
| Total do resultado abrangente do exercício | <u>158.722</u> | <u>129.254</u>          |

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---



# GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

|   | Nota | Capital social | Reserva de capital | Reserva de lucros             |                                | Lucros acumulados | Total    |
|---|------|----------------|--------------------|-------------------------------|--------------------------------|-------------------|----------|
|   |      |                |                    | Reserva de incentivos fiscais | Reserva de lucros a distribuir |                   |          |
| Em 1° de janeiro de 2015 (reapresentado)          |      | 267.771        | 9.754              | 71.018                        | 35.093                         | -                 | 383.636  |
| Lucro líquido do exercício                        |      | -              | -                  | -                             | -                              | 129.254           | 129.254  |
| Reserva de incentivos fiscais                     |      | -              | -                  | 17.542                        | -                              | (17.542)          | -        |
| Transferência para reserva de lucros a distribuir |      | -              | -                  | -                             | 88.722                         | (88.722)          | -        |
| Distribuição de lucros                            | 21.1 | -              | -                  | -                             | (15.795)                       | -                 | (15.795) |
| Juros sobre capital próprio                       |      | -              | -                  | -                             | -                              | (22.990)          | (22.990) |
| Em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)         |      | 267.771        | 9.754              | 88.560                        | 108.020                        | -                 | 474.105  |
| Impacto das alterações IAS 41 IAS 16              |      | -              | -                  | -                             | 6.624                          | -                 | 6.624    |
| Lucro líquido do exercício                        |      | -              | -                  | -                             | -                              | 158.722           | 158.722  |
| Reserva de incentivos fiscais                     |      | -              | -                  | 28.424                        | -                              | (28.424)          | -        |
| Transferência para reserva de lucros a distribuir |      | -              | -                  | -                             | 94.243                         | (94.243)          | -        |
| Distribuição de lucros                            | 21.1 | -              | -                  | -                             | (40.763)                       | -                 | (40.763) |
| Juros sobre capital próprio                       |      | -              | -                  | -                             | -                              | (36.055)          | (36.055) |
| Em 31 de dezembro de 2016                         |      | 267.771        | 9.754              | 116.984                       | 168.124                        | -                 | 562.633  |

# GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

|   | 2016          | 2015<br>(Reapresentado) |
|---|---------------|-------------------------|
| <b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>  |               |                         |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social   | 173.574       | 152.373                 |
| Juros sobre capital próprio   | 36.055        | 22.990                  |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social e após reversão dos Juros sobre capital próprio | 209.629       | 175.363                 |
| <b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas</b>                                 |               |                         |
| Depreciações e amortizações   | 17.128        | 17.954                  |
| Decréscimo no ativo biológico devido a colheita da cana de açúcar                                     | 88.613        | 53.651                  |
| Resultado na alienação do ativo imobilizado   | (393)         | 210                     |
| Reversão (complemento) de provisão para contingências   | 329           | 355                     |
| Complemento (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa                               | 441           | (43)                    |
| Valor do ajuste do saldo acumulado do ativo biológico   | (29.799)      | (36.653)                |
| Ajuste a valor presente - PESA  | 880           | 180                     |
| Juros e variações monetárias e cambiais, líquidos   | 8.653         | 8.076                   |
|   | 295.480       | 219.093                 |
| <b>Variação nos ativos e passivos</b>   |               |                         |
| Contas a receber de clientes  | (714)         | (11.089)                |
| Estoques  | 118.129       | 143.530                 |
| Outros ativos   | (5.504)       | (2.511)                 |
| Depósitos judiciais   | (2.017)       | 1.556                   |
| Fornecedores e parceria agrícola a pagar  | 695           | 1.675                   |
| Obrigações e encargos trabalhistas e fiscais  | (4.953)       | 1.721                   |
| Adiantamentos de clientes   | (1.840)       | 2.639                   |
| Outras obrigações a pagar   | 3.440         | 8.731                   |
| Caixa gerado pelas operações  | 402.717       | 365.345                 |
| Juros pagos   | (8.745)       | (8.185)                 |
| Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido pagos                                    | (12.404)      | -                       |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais  | 381.568       | 357.160                 |
| <b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>  |               |                         |
| Aquisição de investimento   | (181)         | -                       |
| Aquisição de ativo imobilizado  | (78.486)      | (99.873)                |
| Apropriação do ativo biológico  | (87.612)      | (86.536)                |
| Recebimentos pelas vendas de ativo imobilizado  | 2.767         | 804                     |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento   | (163.512)     | (185.605)               |
| <b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>   |               |                         |
| Captação de empréstimos e financiamentos  | (36.275)      | (24.822)                |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos principal   | (50.987)      | (41.405)                |
| Juros sobre capital próprio pagos   | (29.917)      | (25.365)                |
| Dividendos pagos  | (40.763)      | (16.795)                |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos   | (157.942)     | (108.387)               |
| <b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>   | <b>60.114</b> | <b>63.169</b>           |
| <b>Caixa e equivalentes de caixa</b>  |               |                         |
| No início do exercício  | 100.313       | 37.144                  |
| No final do exercício   | 160.428       | 100.313                 |
| <b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>   | <b>60.114</b> | <b>63.169</b>           |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 1. Informações Gerais

A Goiasa Goiatuba Álcool Ltda. ("Empresa") é uma sociedade limitada, com sede no Município de Goiatuba, Estado de Goiás, na Rodovia GO-040, s/nº, Km 194. Iniciou suas atividades no ano de 1981, e desde então atua predominantemente na exploração e na industrialização de produtos agroindustriais, especialmente a cultura e a industrialização de cana-de-açúcar e seus subprodutos e na produção e comercialização, tanto para o mercado interno como externo, de etanol, açúcar e energia.

Abaixo são apresentados os dados produtivos para os períodos de 2015, 2016 e previsão para 2017.

| Volume                            | 2015      | 2016      | Projeção 2017<br>(Não auditado) |
|-----------------------------------|-----------|-----------|---------------------------------|
| Moagem de cana (ton)              | 3.149.061 | 2.705.008 | 3.185.000                       |
| Produção etanol (m <sup>3</sup> ) | 125.792   | 116.592   | 128.277                         |
| Açúcar (sacas de 50 Kg)           | 3.903.591 | 3.619.453 | 4.174.669                       |

## 2. Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015

### 2.1. Alterações ao IAS 41 e IAS 16

A Empresa adotou as alterações introduzidas no IAS 41 e IAS 16, vigentes a partir de 1 de abril de 2016 e mudou sua base para a determinação do valor justo de seus ativos biológicos e a sua apresentação nas demonstrações contábeis.

Como resultado da adoção desta norma, as principais mudanças para Empresa são:

- Plantas portadoras (bearer plants) agora são registradas pelo custo menos depreciação acumulada e impairment, em vez do valor justo menos custos de venda;
- Plantas portadoras (bearer plants) e as suas amortizações relacionadas são agora classificadas em ativo imobilizado, em vez de ativos biológicos no ativo não circulante;
- Cana em pé (safra em formação) agora são avaliadas pelo seu valor justo menos o custo de venda e classificadas em ativos biológicos no ativo circulante em vez de ativos biológicos no ativo não circulante.

Em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a mudança de política contábil foi aplicada retrospectivamente.

Conforme permitido sob as regras de transição, o valor justo dessas plantas de 01 de abril de 2015 (saldo de abertura) foi considerado como o seu custo.

GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A diferença entre o valor justo e o valor contábil anterior foi reconhecida em lucros acumulados na transição.

Os impactos da aplicação inicial destas alterações sobre os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial e a demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 estão demonstrados a seguir:

| Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2015 |                |                                      |                |
|---|----------------|--------------------------------------|----------------|
|   | Publicado      | Impacto das alterações IAS 41 IAS 16 | Reapresentado  |
| <b>ATIVO CIRCULANTE</b>                       |                |                                      |                |
| Ativos biológicos                             | -              | 132.412                              | 132.412        |
| Estoque                                       | 84.238         | (10.037)                             | 74.201         |
| Outros ativos circulante                      | 173.411        |                                      | 173.411        |
| <b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>                   |                |                                      |                |
| Ativos biológicos                             | 267.552        | (267.552)                            | -              |
| Imobilizado                                   | 197.127        | 135.140                              | 332.267        |
| Outros ativos não circulante                  | 6.187          | -                                    | 6.187          |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>                         | <b>728.515</b> | <b>(10.037)</b>                      | <b>718.478</b> |
| <b>PASSIVO CIRCULANTE</b>                     |                |                                      |                |
|   | 88.237         | -                                    | 88.237         |
| <b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>                 |                |                                      |                |
|   | 159.549        | (3.413)                              | 156.136        |
| <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                     |                |                                      |                |
|   | 480.729        | (6.624)                              | 474.105        |
| <b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>  | <b>728.515</b> | <b>(10.037)</b>                      | <b>718.478</b> |

| Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2015             |                 |                                      |                 |
|---|-----------------|--------------------------------------|-----------------|
|   | Publicado       | Impacto das alterações IAS 41 IAS 16 | Reapresentado   |
| Receitas  | 389.998         | -                                    | 389.998         |
| Variação do valor justo do ativo biológico                      | 70.637          | (33.984)                             | 36.653          |
| Custo dos produtos vendidos                                     | (307.263)       | 23.947                               | (283.316)       |
| <b>Lucro bruto</b>  | <b>153.372</b>  | <b>(10.037)</b>                      | <b>143.335</b>  |
| Receitas (despesas) operacionais                                |                 |                                      |                 |
| Outras receitas e despesas operacionais                         | 28.853          | -                                    | 28.853          |
| <b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>          | <b>182.225</b>  | <b>(10.037)</b>                      | <b>172.188</b>  |
| <b>Resultado financeiro</b>                                     | <b>(19.815)</b> | <b>-</b>                             | <b>(19.815)</b> |
| <b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b> | <b>162.410</b>  | <b>(10.037)</b>                      | <b>152.373</b>  |
| Imposto de renda e contribuição social                          | (49.522)        | 3.413                                | (46.109)        |
| Juros sobre capital próprio                                     | 22.990          | -                                    | 22.990          |
| <b>Lucro líquido do período</b>                                 | <b>135.878</b>  | <b>(6.624)</b>                       | <b>129.254</b>  |

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Os impactos nas demais demonstrações financeiras são decorrentes do ajuste no lucro líquido do período e os efeitos não são relevantes para a apresentação da reconciliação. Os ajustes demonstrados acima não provocaram efeitos nos totais das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos nas demonstrações de fluxo de caixa relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2015.

### 3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposições em contrário.

#### 3.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

##### (a) Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), evidenciam todas as informações próprias das demonstrações contábeis e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Empresa em 31 de março de 2017.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2016.

Existem três novas normas que serão efetivas em 2018 e 2019 que poderão afetar diversos tipos de entidades e devem resultar em alterações bastante significativas nas suas demonstrações contábeis. Estas normas são o IFRS 9 Financial instruments, o IFRS 15 Revenue from contracts with customers e o IFRS 16 Leases. Portanto, elas não foram adotadas de forma antecipada nestas demonstrações contábeis e, portanto, poderão impactar de maneira significativa as demonstrações contábeis da Empresa no futuro.

IFRS 9 Financial Instruments:

O IFRS 9 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). Uma das principais alterações está relacionada aos ativos financeiros classificados na categoria de "Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes", sendo também aplicável em determinados passivos financeiros que atendem determinados critérios de classificação. Assim, os instrumentos financeiros na categoria de "Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes" são registrados no balanço pelo seu valor justo (para refletir os fluxos de caixas esperados pela venda), sendo a parte relativa ao custo amortizado registrada no resultado do exercício (para refletir o recebimento dos fluxos de caixa contratuais), sendo a diferença registrada em Outros Resultados Abrangentes, devendo ser posteriormente reciclada para o resultado do exercício quando da venda/baixa do instrumento financeiro. A outra principal alteração está relacionada ao "impairment" de ativos financeiros, como por exemplo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, em que o modelo de "perda esperada" substitui o modelo de "perda incorrida". O novo modelo de "perda esperada" deve impactar materialmente todas as entidades que detenham instrumentos financeiros nas categorias de "Custo Amortizado" e "Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes".

#### IFRS 15 Revenues from contracts with customers:

O IFRS 15 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém significativamente mais orientações e requerimentos em comparação às normas e interpretações existentes. Na nova norma, a receita deverá ser reconhecida levando-se em consideração os cinco critérios a seguir que precisam ser atendidos de forma cumulativa: (i) identificar o contrato; (ii) identificar as obrigações de "performance"; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação para cada obrigação de "performance"; e (v) reconhecer a receita somente quando cada obrigação de "performance" for satisfeita. A adoção desta nova norma pode resultar no fato de que em muitas entidades o momento e a natureza do reconhecimento de receita deverão ser modificados.

#### IFRS 16 Leases

O IFRS 16 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta nova norma substitui IAS 17 Leases, IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease, SIC-15 Operating Leases – Incentives e SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16 determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um "direito de uso" dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo.

Os efeitos do IFRS 15 Revenues from Contracts with Customers e IFRS 9 Financial Instruments ainda estão sob análise da administração da Empresa, para avaliação dos possíveis impactos nas demonstrações contábeis no futuro.

### 3.2. Conversão de moeda estrangeira

#### (a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Empresa e, também, a sua moeda de apresentação.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pela taxa de câmbio do final do exercício, referente a ativos e passivos monetários em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.4. Ativos financeiros

3.4.1. Classificação

A Empresa classifica seus ativos financeiros sob a categorias: empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Empresa compreendem "Contas a receber de clientes" (Nota 8) e "Caixa e equivalentes de caixa"(Nota 7).

(b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda não são derivativos e estão designados nessa categoria ou não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são apresentados em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.



#### 3.4.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

#### 3.4.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### 3.4.4. Impairment de ativos financeiros

##### Ativos mensurados ao custo amortizado

A Empresa avalia no final de cada encerramento de exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment). Os prejuízos de impairment são reconhecidos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Empresa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment, resumem-se na identificação de dificuldade financeira relevante do devedor, quebra de contrato e inadimplência.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. A Empresa não identificou evidência de impairment para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

### 3.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (impairment).

### 3.6. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é a média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Os custos incorridos com a manutenção e depreciação do parque industrial e agrícola, no período de entressafra, são levados aos estoques e apropriados ao custo de produção do açúcar e do etanol por ocasião da colheita e da industrialização da cana-de-açúcar da próxima safra.

Os adiantamentos efetuados a fornecedores de materiais, de cana-de-açúcar e a parceiros agrícolas são demonstrados ao custo. Os adiantamentos a parceiros agrícolas serão convertidos em matéria-prima (cana-de-açúcar) quando do recebimento dessas na próxima safra.

Os custos incorridos com o preparo, cultivo e colheita das lavouras são apropriados às safras em andamento que compõem o saldo da rubrica "Ativos biológicos" (Nota 12), os quais são avaliados pelo valor justo, menos as despesas de venda, até a colheita. Essa valoração, no momento da colheita, passará a ser o custo do produto agrícola, o qual é transferido para os estoques da Empresa para integrar o processo produtivo como matéria-prima.

### 3.7. Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído, se aplicável, quando não houver possibilidade de resgate, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Empresa. Não havendo passivo constituído, os depósitos judiciais são apresentados no ativo não circulante.

### 3.8. Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Empresa compreendem o plantio e cultivo de lavouras de cana-de-açúcar e são mensurados pelo valor justo menos as despesas de venda. Os custos com ativos biológicos compreendem gastos com preparo da terra e outras despesas diretas incorridas durante o período de plantio, incluindo mão-de-obra, insumos, agroquímicos, fertilizantes, entre outros.

As lavouras de cana-de-açúcar têm como finalidade prover matéria-prima para a produção de açúcar e etanol. O ciclo produtivo da cana-de-açúcar tem em média cinco anos após o seu primeiro corte, motivo pelo qual são classificadas como cultura permanente.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e em cada data-base das demonstrações contábeis. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos, em cada período, é determinado pela diferença entre o valor justo e os custos incorridos com plantio e tratos culturais dos ativos biológicos até o momento da avaliação, deduzido das eventuais variações acumuladas do valor justo de períodos anteriores, quando aplicável. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos no momento da colheita é determinado pela diferença entre o seu valor justo no momento e o valor justo apurado na última avaliação efetuada.

### 3.9. Imobilizado

Edifícios e dependências, benfeitorias, máquinas, equipamentos e instalações industriais, veículos e outros, são demonstrados pelo custo histórico, menos depreciação acumulada. As terras e terrenos são demonstrados pelo custo histórico e não são depreciados. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, inclusive os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis, capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

A depreciação é calculada usando o método linear, de acordo com as taxas médias divulgadas na Nota 13, para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. A depreciação é reconhecida na demonstração do resultado como, custo das vendas, despesas com vendas e administrativas.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados baseados na utilização econômica do bem e ajustadas, se apropriado, ao final de cada exercício. A alteração da estimativa de vida útil ou do valor residual do ativo imobilizado é reconhecida prospectivamente como mudança de estimativa contábil.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas", na demonstração do resultado.

De acordo com as alterações IAS 41 e IAS 16 plantas portadoras e suas amortizações são classificadas no ativo imobilizado, em vez do valor justo menos custos de venda e não mais em ativo biológico.

### 3.10. Ativos intangíveis - Softwares

Os softwares adquiridos são capitalizados com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

### 3.11. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### 3.12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os empréstimos e financiamentos são apresentados no passivo não circulante.

### 3.13. Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, conforme riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação devido a nova estimativa é reconhecido no resultado do exercício, como despesas operacionais, enquanto a atualização da obrigação por passagem do tempo é reconhecida em despesas financeiras.

### 3.14. Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual os prejuízos fiscais, bases negativas e as diferenças temporárias possam ser usadas.

### 3.15. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

Os outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

### 3.16. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo recebido ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Empresa reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Empresa e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Empresa, conforme descrição a seguir.

#### 3.16.1. Venda de açúcar, etanol e energia elétrica

A Empresa fabrica e vende açúcar, etanol e produz energia elétrica. As vendas desses produtos são reconhecidas quando a Empresa efetua a entrega desses produtos para o cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Empresa tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Essas vendas são realizadas mediante o recebimento antecipado, ou ainda com prazo de pagamento inferior a 90 dias.

#### 3.16.2. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

#### 3.16.3. Demais receitas e despesas

As demais receitas e despesas são reconhecidas ao resultado do exercício de acordo com o princípio contábil de competência de exercícios.

### 3.17. Participação dos funcionários nos lucros

A Empresa concede participação nos lucros a seus colaboradores, vinculados a metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Ao final de cada mês, a administração provisiona os valores a serem pagos nas demonstrações financeiras com base em estimativas, cujos valores costumam ser próximos aos valores efetivamente pagos. Os pagamentos são realizados em sua totalidade durante o exercício.

### 3.18. Distribuição de lucros

A distribuição de lucros para os quotistas da Empresa é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras, quando aprovada pelos quotistas em assembleia. Esta distribuição é realizada com base nos requerimentos constantes no contrato social da Empresa.

### 3.19. Subvenção para investimentos

A subvenção para investimentos é reconhecida ao longo do período, e confrontada com a despesa correspondente a subvenção.

O reconhecimento é feito em conta de resultado, no grupo de "Outras receitas e despesas operacionais", não havendo distribuição desses valores aos sócios quotistas. O valor da subvenção governamental é creditado em conta própria de reserva de lucros no patrimônio líquido (Reserva de incentivos fiscais).

## 4. Estimativas e premissas contábeis críticas

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:



#### 4.1. Valor justo dos ativos biológicos

A Empresa desenvolve a atividade de produção de açúcar e etanol, derivados da cana-de-açúcar e para o atendimento do CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, a Empresa utilizou o cálculo do valor justo, menos o custo de vender, pelo método de fluxo de caixa futuro descontado nos ativos biológicos correspondentes às soqueiras, que geram várias colheitas e a cana-de-açúcar em pé. De acordo com as práticas contábeis, esses dois componentes devem ser apresentados como um único ativo no balanço patrimonial, uma vez que a produção agrícola não pode ser reconhecida separadamente do ativo biológico a que se refere até a colheita.

A Empresa está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, a Empresa gere esses riscos, alinhando o seu volume de produção e abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Empresa tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos.

#### 4.2. Imposto de Renda, Contribuição Social e outros tributos

A Empresa reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de tributos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

Os tributos diferidos são reconhecidos contabilmente sobre as adições e exclusões temporárias e sobre os saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social. A realização dos créditos tributários diferidos constituídos é avaliada com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros.

#### 4.3. Provisão para contingências

A Empresa é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

#### 4.4. Revisão do valor recuperável do ativo imobilizado

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Empresa é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

#### 4.5. Benefícios fiscais de ICMS

Conforme descrito na Nota 21.2, a Empresa possui incentivos fiscais de ICMS concedido pelo Governo do Estado de Goiás. O Supremo Tribunal Federal - STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Empresa vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras.

### 5. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de haver alterações nos preços das commodities, da cana-de-açúcar e nas taxas de juros e câmbio, os quais podem afetar o resultado da Empresa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis.

#### (i) Volatilidade no preço das commodities

A Empresa está exposta aos riscos de volatilidade nos preços do açúcar, e neste contexto, busca reduzir sua exposição realizando a fixação dos preços com antecedência e dentro dos limites de margens operacionais que a Empresa opera, sem a necessidade de depósito de margem e ajustes diários.

Quanto ao mercado de etanol, há o entendimento de que historicamente os preços no mercado à vista são menores durante a safra e maiores na entressafra. No intuito de capturar os melhores preços ofertados pelo mercado a Empresa utilizará seu limite operacional para armazenagem do produto. A estratégia de comercialização é tomada semanalmente nos comitês onde são analisados os preços negociados no mercado à vista vis-à-vis a expectativa de preços futuros do produto.

(ii) Volatilidade no preço da cana-de-açúcar

A Empresa está exposta à volatilidade do preço da cana-de-açúcar, sua matéria-prima.

Para a precificação da cana-de-açúcar adquirida de terceiros, a Empresa utiliza o índice do Consecana - Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, que foi criado com intuito de remunerar a cana-de-açúcar de acordo com os preços de venda, dos produtos açúcar e etanol, praticados pelos mercados interno e externo, ajustado ao mix de produção da unidade industrial.

Com esta sistemática, a quantidade de cana-de-açúcar adquirida de fornecedores tem seu preço baseado nos preços de comercialização dos produtos, ou melhor, existe um hedge "natural", que minimiza a exposição ao risco, no tocante ao volume de cana adquirida de terceiros.

(iii) Volatilidade nas taxas de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Empresa incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Empresa tem monitorado continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(iv) Volatilidade nas taxas de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentam valores captados no mercado.

## 5.1. Risco de liquidez

É o risco da Empresa não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A Empresa utiliza de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Empresa tem como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de commodities.

As aplicações financeiras são compostas exclusivamente por aplicações em debêntures de curto prazo, em bancos de primeira linha, com compromisso de recompra e rendem juros médios de 99,22% do CDI, sem carência para resgate.

## 5.2. Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de garantir a existência de recursos suficientes para investimentos necessários para a continuidade do seu negócio e garantir a liquidez necessária para suas atividades.

Condizente com outras empresas do setor, a Empresa monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro podem ser assim sumarizados:

|   | 2016           | 2015           |
|---|----------------|----------------|
| (+) Empréstimos e financiamentos (Nota 17)            | 112.241        | 122.335        |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)            | (160.428)      | (100.313)      |
| (=) Dívida líquida (A)                                | (48.188)       | 22.022         |
| Total do patrimônio líquido (B)                       | <u>562.633</u> | <u>474.105</u> |
| Relação dívida líquida sobre capital ajustado (A)/(B) | <u>-9%</u>     | <u>5%</u>      |

## 5.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e as contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos eventual perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Empresa para instrumentos financeiros similares.

A Empresa aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2);
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

## 6. Instrumentos financeiros por categoria

## 6.1. Ativos, conforme o balanço patrimonial

|                               | 2016                     |                        | Total          |
|-------------------------------|--------------------------|------------------------|----------------|
|                               | Empréstimos e recebíveis | Disponíveis para venda |                |
| Empréstimos e recebíveis      |                          |                        |                |
| Caixa e equivalentes de caixa | 160.428                  | -                      | 160.428        |
| Contas a receber de clientes  | 53.085                   | -                      | 53.085         |
| Disponíveis para venda        |                          |                        |                |
| Outros ativos                 | -                        | 1.786                  | 1.786          |
|                               | <u>213.513</u>           | <u>1.786</u>           | <u>215.299</u> |
|                               | 2015                     |                        | Total          |
|                               | Empréstimos e recebíveis | Disponíveis para venda |                |
| Empréstimos e recebíveis      |                          |                        |                |
| Caixa e equivalentes de caixa | 100.313                  | -                      | 100.313        |
| Contas a receber de clientes  | 53.799                   | -                      | 53.799         |
| Disponíveis para venda        |                          |                        |                |
| Outros ativos                 | -                        | 1.606                  | 1.606          |
|                               | <u>154.112</u>           | <u>1.606</u>           | <u>155.718</u> |

GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.2. Passivos, conforme o balanço patrimonial

|                              | 2016   | 2015   |
|------------------------------|--|--|
|                              | Outros passivos financeiros                              | Outros passivos financeiros                              |
|                              | Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado | Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado |
|                              | Total  | Total  |
| Outros passivos financeiros  |  |  |
| Fornecedores                 | 30.672   | 32.065   |
| Empréstimos e financiamentos | 109.727  | 119.181  |
| PESA                         | -  | -  |
|                              | 2.514  | 3.154  |
|                              | 140.399  | 154.400  |

7. Caixa e equivalentes de caixa

|                                     | 2016    | 2015    |
|-------------------------------------|---------|---------|
| Caixa e bancos                      | 750     | 301     |
| Aplicações de liquidez imediata (i) | 107.751 | 86.228  |
| Valores moeda estrangeira (ii)      | 51.927  | 13.784  |
|                                     | 160.428 | 100.313 |

(i) As aplicações financeiras são compostas exclusivamente por aplicações em debêntures de curto prazo, em bancos de primeira linha, com compromisso de recompra e rendem juros médios de 99% (2014 - 99%) do CDI, sem carência para resgate;

(ii) A Empresa possui transações em moeda estrangeira, fruto de suas exportações. Em 31 de dezembro de 2016, em decorrência de maior volume exportado e desvalorização do real acima da ocorrida em anos anteriores para esta conta.

8. Contas a receber de clientes

|  | 2016   | 2015   |
|--|--------|--------|
| Valores a receber de venda de produtos           | 53.580 | 54.734 |
| (-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa | (495)  | (935)  |
|  | 53.085 | 53.799 |

GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

|                                      | 2016         | 2015         |
|--------------------------------------|--------------|--------------|
| Saldo no início do ano               | (935)        | (1.670)      |
| Complemento de provisão no exercício | (62)         | -            |
| Baixas como perdas                   | -            | 692          |
| Reversão de provisão no exercício    | 502          | 43           |
|                                      | <u>(495)</u> | <u>(935)</u> |

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

|                      | 2016          | 2015          |
|----------------------|---------------|---------------|
|                      | 41.299        | 45.192        |
| Até 30 dias          | 5.926         | 6.556         |
| Entre 31 A 60 dias   | 619           | 281           |
| Entre 61 A 90 dias   | 692           | 591           |
| Entre 91 A 120 dias  | 2.041         | 905           |
| Entre 121 A 180 dias | 2.509         | 274           |
| Entre 181 A 359 dias | 1             | 57            |
| Acima de 360 dias    | 493           | 878           |
|                      | <u>53.580</u> | <u>54.734</u> |

## 9. Estoques

Os saldos das contas de estoques são compostos pelos seguintes produtos acabados:

|  | 2016           | 2015          |
|--|----------------|---------------|
| Álcool hidratado                       | 20.566         | 18.347        |
| Áçúcar cristal                         | 44.684         | 17.136        |
| Álcool anidro                          | 17.232         | 9.115         |
| Áçúcar VHP                             | -              | 711           |
| Áçúcar orgânico                        | 30.688         | 14.026        |
| Álcool hidratado orgânico              | 3.554          | 2.336         |
| Insumos, materiais auxiliares e outros | 13.735         | 12.530        |
| Custos de entressafra a apropriar (i)  | 10.438         | -             |
|  | <u>140.897</u> | <u>74.201</u> |

## 10. Impostos a recuperar

|   | 2016         | 2015          |
|---|--------------|---------------|
| Programa de Integração Social - PIS                           | 914          | 3.288         |
| Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS | 2.737        | 9.727         |
| Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF                       | 295          | 318           |
| Imposto sobre circulação de mercadoria - ICMS                 | 4.032        | 2.030         |
| Outros impostos   | 703          | 552           |
|   | <u>8.681</u> | <u>15.915</u> |

GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Outros ativos

|   | 2016         | 2015         |
|---|--------------|--------------|
| Centro de Tecnologia Canavieira - CTC (i) | 1.786        | 1.606        |
| Outros                                    | 521          | 165          |
|   | <u>2.307</u> | <u>1.711</u> |
| Ativo circulante                          | 489          | 134          |
| Ativo não circulante                      | 1.818        | 1.637        |

(i) Saldo refere-se ao investimento no "Centro de Tecnologia Canavieira S.A.", uma empresa de capital fechado, com sede em São Paulo. A Empresa detém 5.753 ações ordinárias (2015 - 5.709) de um total de 760.001 ações (2015 - 718.132), com participação efetiva final em 0,00756%. Em 31 de dezembro de 2016 a Empresa subscreveu e integralizou 44 novas ações no valor unitário de R\$2.

12. Ativos biológicos

Movimentação do ativo biológico

A Empresa considera a melhor estimativa na determinação das premissas utilizadas para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa da cana-de-açúcar, na data das demonstrações financeiras. Essas premissas dizem respeito, substancialmente, a produtividade estimada desses canaviais, a quantidade de açúcar total recuperável - ATR por tonelada de cana-de-açúcar, aos preços futuros estimados do ATR, aos custos necessários para os tratamentos culturais futuros, o custo do aluguel da terra e aos custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar.

|   | 2016           | 2015<br>(Reapresentado) |
|---|----------------|-------------------------|
| Movimentações Circulante                      |                |                         |
| Saldo Inicial                                 | -              | 146.124                 |
| Transferência para Imobilizado                | -              | (92.473)                |
| Transferência para Circulante                 | -              | (53.651)                |
| Saldo Final                                   | -              | -                       |
| Movimentações Circulante                      |                |                         |
| Saldo Inicial                                 | 132.412        | 53.651                  |
| Aumentos decorrentes de tratamentos e plantio | 97.082         | 95.760                  |
| Variação no valor justo                       | 31.159         | 36.653                  |
| Redução decorrentes da colheita               | (133.225)      | (53.652)                |
| Saldo final de ativos biológicos              | <u>127.429</u> | <u>132.412</u>          |



GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado

|                             | Custo histórico agrícola | Custo histórico Indústria | Custo Administrativos e outros Ativos | Obras em andamento e outros gastos | Adiantamento a fornecedores e outros | Planta Portadora | Total     |
|-----------------------------|--------------------------|---------------------------|---------------------------------------|------------------------------------|--------------------------------------|------------------|-----------|
| Em 31 de Dezembro de 2014   | 174.592                  | 256.645                   | 44.561                                | 567                                | 320                                  | 189.049          | 665.734   |
| Adições                     | 5.014                    | 376                       | 3                                     | 87                                 |                                      | 94.395           | 99.875    |
| Baixas                      | (10.750)                 | (44)                      | -                                     | -                                  | -                                    | -                | (10.794)  |
| Em 31 Dezembro de 2015      | 168.856                  | 256.977                   | 44.564                                | 654                                | 320                                  | 283.444          | 754.815   |
| Adições                     | 17.958                   | 7.826                     | -                                     | 6.428                              | -                                    | 46.274           | 78.486    |
| Amortização                 | -                        | -                         | -                                     | -                                  | -                                    | -                | 0         |
| Baixas                      | (11.036)                 | (407)                     | (107)                                 | (119)                              | (320)                                | -                | (11.990)  |
| Em 31 de Dezembro de 2016   | 175.778                  | 264.396                   | 44.457                                | 6.963                              | -                                    | 329.718          | 821.312   |
| Em 31 de Dezembro de 2014   | (31.484)                 | (226.619)                 | (2.738)                               | -                                  | (4)                                  | (96.576)         | (357.421) |
| Depreciação                 | (8.219)                  | (12.212)                  | (37)                                  | -                                  | -                                    | (51.729)         | (72.197)  |
| Baixas                      |                          | 7.066                     | -                                     | -                                  | 4                                    | -                | 7.070     |
| Em 31 de Dezembro de 2015   | (39.703)                 | (231.765)                 | (2.775)                               | -                                  | -                                    | (148.305)        | (422.548) |
| Depreciação                 | (10.958)                 | (12.805)                  | (1.746)                               | -                                  | -                                    | (55.746)         | (81.254)  |
| Transferências              | (67.793)                 | 78.857                    | (12.735)                              | -                                  | -                                    | -                | (1.672)   |
| Baixas                      | 10.071                   | (13)                      | 100                                   | -                                  | -                                    | -                | 10.158    |
| Em 31 de Dezembro de 2016   | (108.383)                | (165.726)                 | (17.156)                              | -                                  | -                                    | (204.051)        | (495.316) |
| Custo                       | 175.778                  | 264.396                   | 44.457                                | 6.963                              | -                                    | 329.718          | 821.312   |
| Depreciação acumulada       | (108.383)                | (165.726)                 | (17.156)                              | -                                  | -                                    | (204.051)        | (495.316) |
| Valor líquido               | 67.395                   | 98.670                    | 27.301                                | 6.963                              | -                                    | 125.667          | 325.996   |
| Taxa anual de depreciação % | 6,25%                    | 4,38%                     | 6,17%                                 | -                                  | -                                    | -                | -         |

GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Fornecedores

|   | 2016          | 2015          |
|---|---------------|---------------|
| Fornecedores de matéria-prima e insumos | 27.102        | 26.944        |
| Fornecedores de serviços                | 3.570         | 5.121         |
|   | <u>30.672</u> | <u>32.065</u> |

15. Obrigações e encargos trabalhistas

|                               | 2016          | 2015          |
|-------------------------------|---------------|---------------|
| Ordenados e salários a pagar  | 2.884         | 2.952         |
| Provisão de férias a pagar    | 5.478         | 4.914         |
| FGTS a pagar                  | 1.178         | 1.087         |
| INSS a pagar                  | 809           | 781           |
| Contribuições sociais a pagar | 1             | 3             |
| Outros encargos sociais       | 409           | 359           |
|                               | <u>10.759</u> | <u>10.096</u> |

16. Obrigações tributárias

|  | 2016          | 2015         |
|--|---------------|--------------|
| Imposto de renda e Contribuição social a pagar | 8.655         | 2.215        |
| ICMS a pagar                                   | 2.079         | 2.399        |
| PIS e COFINS a pagar                           | -             | 1.994        |
| INSS a pagar                                   | 1.006         | 1.321        |
| IRRF a recolher                                | 515           | 371          |
| Outras obrigações a pagar                      | 730           | 270          |
|  | <u>12.986</u> | <u>8.571</u> |

17. Empréstimos e financiamentos

| Tipo                             | Encargos                       | Garantias | 2016           | 2015           |
|----------------------------------|--------------------------------|-----------|----------------|----------------|
| Prorenova                        | 5,50% a.a. ou TJLP + 3,2% a.a. | (5)       | 40.067         | 49.190         |
| Financiamentos de equipamentos   | 2,50% a.a.                     | (1)       | 65.735         | 66.749         |
| Banco do Brasil S/A - PESA (i)   | IGPM + 3,56% a.a.              | (3)       | 2.678          | 3.313          |
| Banco Estado de Goiás - Fomentar | 2,4% a.a.                      | (4)       | 2.055          | 2.897          |
| Leasing - PARC VRG 003           | 7,5% a.a.                      | (1)       | 1.528          | -              |
| Guaones Price                    | 3% a.a.                        | (2)       | 178            | 186            |
|                                  |                                |           | <u>112.240</u> | <u>122.335</u> |
|                                  | Circulante                     |           | 27.138         | 21.672         |
|                                  | Não Circulante                 |           | 85.102         | 100.663        |
|                                  |                                |           | <u>112.240</u> | <u>122.335</u> |

Garantias

- (1) Alienação fiduciária;
- (2) Títulos públicos caucionados no Banco do Brasil e aval dos sócios quotistas;
- (3) Certificados de Depósitos Bancários (CDB) caucionados no Banco;
- (4) Penhor Agrícola/aval dos sócios quotistas.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2016, o valor contábil dos empréstimos e financiamentos da Empresa aproxima-se de seu valor justo.

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição por exercício social de vencimento:

|                | 2016          | 2015           |
|----------------|---------------|----------------|
| 2017           | -             | 27.120         |
| 2018           | 26.405        | 23.721         |
| 2019           | 21.117        | 19.317         |
| 2020 em diante | 37.580        | 30.505         |
|                | <u>85.102</u> | <u>100.663</u> |

(i) PESA - Programa Especial de Saneamento de Ativos:

Correspondem a dívidas de financiamentos bancários que tiveram seus prazos de vencimento alongados, quando de sua repactuação junto a instituição financeira federal, no exercício de 1998, sob o amparo da Resolução nº 2.471/98 do Banco Central do Brasil, no âmbito do Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA. Consoante essa repactuação, o principal é atualizado pela variação do IGP-M, e será amortizado em parcela única, substancialmente em 2019, mediante resgate de Certificados do Tesouro Nacional - CTN, adquiridos, cedidos e transferidos em caráter irrevogável ao credor. Os juros anuais de 3%, estão classificados no passivo circulante, são calculados sobre o principal atualizado pela variação do IGP-M, limitada a 9,5% ao ano, e são liquidados no mês de novembro de cada ano. O principal está classificado no passivo não circulante e corresponde ao valor presente do fluxo de desembolsos futuros estimados.

Sobre os certificados descritos anteriormente, que também são atualizados pela variação do IGP-M, incidem juros de 12% ao ano, os quais são contratualmente capitalizados para que, no vencimento, o montante apurado do CTN seja igual ao valor da dívida.

Com base na Medida Provisória nº 2.196, a União passou a ser credora desses financiamentos, permanecendo sem alterações as demais condições pactuadas no contrato firmado junto à instituição financeira. Em garantia dessa dívida, foram oferecidos avais, hipotecas de bens do ativo imobilizado, bem como os certificados acima descritos, que tem vencimento igual ao da dívida.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 18. Provisão para contingências

Durante o curso normal de suas atividades, a Empresa está exposta a certas contingências e riscos. A provisão para demandas judiciais é estabelecida por valores atualizados, para questões trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base nas opiniões de assessores jurídicos da Empresa:

Na data das demonstrações financeiras, a Empresa apresentava os seguintes passivos relacionados às contingências:

| Natureza dos processos | 2016                |                       |
|------------------------|---------------------|-----------------------|
|                        | Depósitos judiciais | Montante provisionado |
| Tributários            | 1.262               | 93                    |
| Trabalhistas           | 5.304               | 3.274                 |
|                        | <u>6.566</u>        | <u>3.367</u>          |

  

| Natureza dos processos | 2015                |                       |
|------------------------|---------------------|-----------------------|
|                        | Depósitos judiciais | Montante provisionado |
| Tributários            | 1.049               | 156                   |
| Trabalhistas           | 3.501               | 2.882                 |
|                        | <u>4.550</u>        | <u>3.038</u>          |

Abaixo demonstramos a movimentação dos depósitos judiciais e provisão para contingências:

|   | Depósitos judiciais | Montante provisionado |
|---|---------------------|-----------------------|
| Em 1º de janeiro de 2015  | 6.106               | 2.683                 |
| No Resultado  |                     |                       |
| Provisões adicionadas durante o exercício e atualização monetária | 4.683               | 355                   |
| Valor baixado contra a provisão durante o ano                     | (6.239)             | -                     |
| Em 31 de dezembro de 2015   | 4.550               | 3.038                 |
| No Resultado  |                     |                       |
| Provisões adicionadas durante o exercício e atualização monetária | 5.628               | 1.785                 |
| Valor baixado contra a provisão durante o ano                     | (3.612)             | (1.457)               |
| Em 31 de dezembro de 2016   | <u>6.566</u>        | <u>3.367</u>          |

## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Empresa está envolvida em outros processos cíveis, tributários e trabalhistas surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da administração e de seus assessores legais, possuem expectativa de perda classificada como possível. Conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída para, eventualmente, fazer face a desfechos desfavoráveis dos mesmos. Os montantes desses processos, em 31 de dezembro de 2016, são: cíveis R\$ 80 (R\$ 365 de 2015), tributários R\$ 18.770 (R\$ 7.778 de 2015) e trabalhistas R\$ 5.007 (R\$ 8.143 de 2015).

## 19. Remuneração de sócios e administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a remuneração dos administradores a título de Pró-Labore totalizou R\$6.794 (2015 - R\$6.649). O valor da remuneração é fixo e aprovado em assembleia pelos sócios e não há remuneração variável.

## 20. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo desses tributos sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

## 20.1. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário

|  | 2016            | 2015            |
|--|-----------------|-----------------|
| Lucro antes dos impostos                             | 173.573         | 152.373         |
| Alíquota máxima                                      | 34%             | 34%             |
|  | (59.015)        | (55.219)        |
| Exclusões e adições permanentes, líquidas            | (236)           | (570)           |
| Incentivo fiscal de ICMS, não tributado              | 9.664           | 5.963           |
| Outros Tributos                                      | (1.320)         | 3.717           |
| Despesas com impostos de renda e contribuição social |                 |                 |
| Corrente   | (31.543)        | (18.990)        |
| Diferido   | (19.364)        | (27.118)        |
|  | <u>(50.907)</u> | <u>(46.109)</u> |
|  | <u>-29%</u>     | <u>-30%</u>     |

## GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 20.2. Tributos diferidos

|   | <u>2016</u>   | <u>2015</u>   |
|---|---------------|---------------|
| Ativo de imposto diferido sobre:                |               |               |
| Prejuízos fiscais de imposto renda              | 11.101        | 21.358        |
| Base se cálculo negativa da contribuição social | 3.996         | 7.689         |
|   | <u>15.097</u> | <u>29.047</u> |
| Passivo de imposto diferido sobre:              |               |               |
| Depreciação incentivada                         | 61.700        | 58.006        |
| Empréstimo PESA (valor justo)                   | 1.134         | 2.372         |
| Ativo biológico (valor justo)                   | 14.525        | 12.434        |
| Imobilizado (diferença de vida útil)            | 14.640        | 11.929        |
| Outros  | (1.313)       | (3.258)       |
|   | <u>90.685</u> | <u>81.482</u> |
| Passivo de impostos diferidos, líquido          | <u>75.588</u> | <u>52.435</u> |

### 21. Patrimônio líquido

#### 21.1. Distribuição dos lucros

Durante o exercício findo em 31 de dezembro 2016 foram destinados aos sócios, a título de dividendos, R\$ 40.763 (2015 - 15.795) resultado de 2015 aprovado em assembleia, e a título de Juros sobre Capital Próprio, R\$36.055 (Em 2015 - R\$22.990).

#### 21.2. Reserva de capital (reserva de incentivo fiscal)

As vendas de etanol e açúcar são incentivadas pelo benefício fiscal Fomentar, do Estado de Goiás, que é concedido em contra partida ao investimento de implantação e posteriores expansões da unidade produtiva. O benefício é calculado através do financiamento de 70% do ICMS a pagar apurado ao longo do exercício.

O Governo do Estado de Goiás possibilita a quitação antecipada, do saldo devedor do incentivo Fomentar, que ocorre através de leilões regulares, com cálculo do valor presente do saldo total a vencer ao final do programa de incentivo. Estas subvenções para investimentos, até 2007, foram registradas a título de reservas de capital, sendo que o saldo no exercício findo em 31 de dezembro de 2007 montava R\$ 9.754.

## GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

### Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A partir de 1º de janeiro de 2008, devido às alterações trazidas pela Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007, os incentivos desta natureza passaram a ser registrados em conta de resultado (Nota 23) e, após o encerramento do exercício, alocados em conta própria de reserva de lucros.

#### 22. Receitas

|  | 2016            | 2015            |
|--|-----------------|-----------------|
| Vendas no mercado interno                      |                 |                 |
| Etanol   | 237.121         | 182.509         |
| açúcar   | 207.227         | 170.621         |
| Energia elétrica (a)                           | 15.012          | 14.931          |
| Cana-de-açúcar (b)                             | 226             | 447             |
| Bagaço e outras                                | 1.010           | 1.658           |
|  | <u>460.596</u>  | <u>370.166</u>  |
| Vendas no mercado externo                      |                 |                 |
| Etanol   | 4.496           | 6.626           |
| Açúcar   | 116.552         | 83.697          |
|  | <u>121.048</u>  | <u>90.323</u>   |
| Deduções da receita                            |                 |                 |
| (-) Devoluções                                 | (2.705)         | (2.581)         |
| (-) Tributos federais incidentes sobre vendas  | (31.840)        | (28.302)        |
| (-) Tributos estaduais incidentes sobre vendas | (49.453)        | (39.608)        |
|  | <u>(83.998)</u> | <u>(70.491)</u> |
|  | <u>497.646</u>  | <u>389.998</u>  |

#### 23. Despesas e custos por natureza

|  | 2016           | 2015           |
|--|----------------|----------------|
| Decréscimo referente a colheita no ano                               | 88.613         | 53.651         |
| Depreciação  | 17.128         | 17.954         |
| Pessoal  | 63.665         | 61.367         |
| Serviços de terceiros  | 53.831         | 44.890         |
| Material uso e consumo   | 149.709        | 126.586        |
|  | <u>372.946</u> | <u>304.448</u> |
| Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função: |                |                |
| Custo das vendas e serviços  | 346.339        | 283.316        |
| Despesas com vendas  | 16.362         | 13.714         |
| Despesas gerais e administrativas                                    | 10.245         | 7.418          |
|  | <u>372.946</u> | <u>304.448</u> |

GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Resultado financeiro

|   | 2016            | 2015            |
|---|-----------------|-----------------|
| Encargos financeiros sobre financiamentos | (10.519)        | (8.395)         |
| Variações monetárias passivas             | (9.304)         | (2.906)         |
| Descontos concedidos                      | (154)           | (563)           |
| Outras despesas financeiras               | (219)           | (445)           |
| Ajuste a valor presente - PESA            | (880)           | (180)           |
| Juro sobre capital próprio                | (36.055)        | (22.990)        |
| <b>Despesas financeiras</b>               | <b>(57.131)</b> | <b>(35.479)</b> |
| Receita com aplicações financeiras        | 11.586          | 5.345           |
| Variações monetárias ativas               | 5.375           | 8.229           |
| Descontos obtidos                         | 254             | 216             |
| Ajuste a valor presente - PESA            | -               | -               |
| Outras receitas financeiras               | 2.368           | 1.874           |
| <b>Receitas financeiras</b>               | <b>19.583</b>   | <b>15.664</b>   |
| <b>Resultado financeiro</b>               | <b>(37.548)</b> | <b>(19.815)</b> |

25. Outras receitas e despesas operacionais

|   | 2016          | 2015          |
|---|---------------|---------------|
| Resultado na alienação de bens do ativo imobilizado | 393           | (210)         |
| Crédito outorgado - ICMS                            | 17.376        | 12.215        |
| Subvenções sobre investimentos fomentar (Nota 3.5)  | 28.424        | 17.539        |
| Crédito PIS e COFINS                                | 14.786        | 14.211        |
| Créditos de ICMS sobre aquisição de ativo fixo      | 741           | 904           |
| Outras (receitas) despesas operacionais líquidas    | (5.209)       | 3.330         |
| Reversão (provisão) para perdas judiciais           | 112           | 1.996         |
| <b>Resultado</b>                                    | <b>56.623</b> | <b>49.985</b> |

26. Cobertura de seguros

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores.

| Bens Segurados                                | Riscos Cobertos  | Montante máximo cobertura |
|---|--|---------------------------|
| Edifícios, máquinas e instalações industriais | Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza, vendaval e outros | 284.231                   |
| Equipamentos agrícolas (colheitadeiras)       | Básica e danos elétricos   | 5.000                     |
| Equipamentos agrícolas (Tratores)             | Básica, incluindo roubo e furto                                  | 7.645                     |